



ENERGIA

ONS quer evolução na segurança

Proposta do operador é reforçar áreas de maior atividade econômica para reduzir prejuízo com apagão

Nicola Pamplona

RIO

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp, defende uma evolução nos critérios de segurança do setor elétrico brasileiro para reduzir prejuízos econômicos com eventuais cortes de energia. A proposta, diz, não tem relação com o blecaute que atingiu 18 Estados, mas pode evitar que acidentes de menor proporção causem transtorno a indústrias e população. Segundo Chipp, o reforço a áreas de grande atividade econômica é tendência mundial.

Atualmente, o sistema brasileiro opera com critério de segurança conhecido como n-1, segundo o qual há sempre uma linha adicional para atuar em caso de queda da primeira linha — o mesmo vale para equipamentos em subestações. Em casos específicos, como no sistema de escoamento de Itaipu, há uma terceira linha, garantindo segurança em caso de quedas das outras duas.

Chipp sugere a definição de regiões estratégicas que poderiam receber a terceira linha, ou equipamento, caso o impacto econômico do corte de energia justifique o investimento. “É uma tendência que vemos em outros lugares do mundo: a evolução para um critério levando em conta a relação custo-benefício”, argumenta. A ideia é reforçar ainda mais o abastecimento quando o impacto for

FRASES

Hermes Chipp
Diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

(A definição de regiões estratégicas que poderiam receber a terceira linha, ou equipamento, caso o impacto econômico do corte de energia justifique o investimento) “é uma tendência que vemos em outros lugares do mundo: a evolução para um critério levando em conta a relação custo-benefício”

“Quando se olha investimentos futuros, tem de partir para essa linha, independentemente do que aconteceu. Tem de olhar contingências prováveis”

“Há determinados locais que vale a pena observar a contingência dupla porque, se ela ocorrer, o impacto pode ser muito severo”

mais caro do que o investimento. A linha de Itaipu, ressalta, não se enquadra nesse caso.

Chipp diz que ainda não há estudo sobre quais seriam as áreas estratégicas. Mas adianta que a análise deve respeitar a probabilidade de acidentes nas linhas de transmissão que abastecem as regiões. Como exemplo, cita as linhas que passam por regiões com grande probabilidade de desastres naturais ou ocorrência de queimadas.

“Há determinados locais

que vale a pena observar a contingência dupla (ou um critério n-2), porque, se ela ocorrer, o impacto pode ser muito severo”, aponta. A identificação desses locais não se iniciou porque o sistema trabalha ainda com o critério de n-1. “Mas, quando se olha investimentos futuros, tem de partir para essa linha, independentemente do que aconteceu. Tem de olhar contingências prováveis.”

O operador do sistema elabora anualmente o Plano de Ampliação e Reforço (PAR), que sugere investimentos para expandir a capacidade ou melhorar a segurança da rede de transmissão. Em um sinal de que não vê problemas no sistema de escoamento de Itaipu, o ONS incluiu no PAR vigente só uma obra relacionada a este sistema: a instalação de mais um transformador na subestação Tijuco Preto, de Furnas.

A medida tem por objetivo evitar a redução da capacidade de intercâmbio entre as Regiões Sul e Sudeste, em caso de queda de um dos três transformadores instalados no local. “É para quando tiver indisponibilidade de um transformador não reduzir a capacidade de transferência de energia do Sul para o Sudeste. Para evitar que tenha situação hidrológica boa no Sul e não se possa transferir”, diz Chipp. “Não tem nada a ver com o blecaute.” ●